

# **FAMÍLIA E ESCOLA: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DESSA RELAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

## **FAMILY AND SCHOOL: A HISTORICAL VIEW ON THE ORIGINS OF THEIR RELATIONSHIP IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL CONTEXT**

Alexandra Resende Campos\*

### **Resumo**

*O presente artigo tem por objetivo analisar as primeiras ações educativas que pretendiam aproximar a relação família-escola. Para tanto, observou-se o período histórico da educação brasileira, final do século XIX e início do século XX, em que essas práticas foram implementadas nos projetos educacionais desenvolvidos pelos movimentos da Escola Nova, higienista, e de católicos. Ainda são apontadas algumas práticas empreendidas por alguns intelectuais que valorizavam esse tipo de relação: Júlia Lopes de Almeida, Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Pe. Leonel Franca. Percebe-se que essas iniciativas estavam atreladas ao discurso de instruir, civilizar e normatizar as famílias para facilitar o progresso e desenvolvimento do país.*

**Palavras-chave:** *Relações Família-Escola, História da Educação, Discursos Educativos.*

### **Abstract**

*This paper aims at analyzing the first educational measures that intended to narrow the school-family relationship. In order to do so, we looked into the historical period of Brazilian education (late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> century) when these practices were implemented in the educational projects carried out by the Nova Escola, Catholic, and hygienist movements. Further, we point to practices undertaken by intellectuals who valued such a relationship: Júlia Lopes de Almeida, Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Fr Leonel Franca. One notices that these initiatives were linked to the discourse of instructing, civilizing, and norming the families so as to smooth the path to the development and progress of the country.*

**Key words:** *School-family Relations, History of Education, Educational Discourse.*

## I Introdução

Estudos e pesquisas, que têm como foco principal a relação família-escola, têm apontado que quanto maior o vínculo que os pais ou responsáveis estabelecem com o processo de escolarização<sup>1</sup> dos filhos, maiores são as chances de esses sujeitos obterem um bom desempenho escolar, de modo a alcançar, até mesmo, os níveis mais elevados do sistema de ensino, como o acesso ao ensino superior (Lahire, 1997; Paixão, 2006; Portes, 2000; Lareau, 2007, entre outros).

O enfoque e os resultados desses estudos vêm se expandindo no discurso educacional e penetrando no interior das instituições escolares. Segundo Paixão (2006), “no governo Fernando Henrique, o MEC instituiu o Dia Nacional da Família na Escola (24 de abril)” (p. 63). Na perspectiva dos educadores, a mesma autora cita a pesquisa “Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam”, realizada em 2004 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em parceria com o MEC (Ministério da Educação), entre outros órgãos. Um dos dados mais apontados pelos professores, no que se refere aos aspectos que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, é a participação das famílias.

Todavia, se verificarmos a produção e as pesquisas referentes à história da educação no Brasil, é possível constatar que essa aproximação e preocupação com a relação família-escola não é recente. Desde o início do século XX, a preocupação em aproximar as famílias da instituição escolar já existia. Ela aparece principalmente com o discurso escolanovista, com o movimento higienista e com algumas práticas empreendidas por alguns intelectuais, como é o caso de Armanda Álvaro Alberto e Cecília Meireles.

No intuito de compreender as atuais ações voltadas para a valorização das relações entre a família e a escola, o objetivo deste artigo é verificar quando e como esse discurso começa a penetrar no campo educacional brasileiro, como essas práticas de aproximação são empreendidas pelos educadores e quais eram os objetivos. Ainda que tenha utilizado outros referenciais teóricos, os estudos de Cunha (2000), Faria Filho (2000), Magaldi (2001) e Silva (2008) foram fundamentais para a elaboração deste artigo.

## 2 Da Educação Familiar para a Instrução Escolar

A noção de família está presente nos diferentes contextos sociais e em diferentes épocas históricas. Falar em família nos remete a pensar em um grupo ordenado composto pelos seus membros, em que cada um desempenha um papel específico. Segundo Lenoir (1998), “a noção de ‘família’ (assim como, e de um ponto de vista negativo, a de ‘sem família’) designa implicitamente um todo coerente, estruturado, em uma palavra, unido” (p. 74). A família desempenha papel fundamental no que se refere à transmissão dos valores e comportamentos nas diferentes classes sociais, uma vez que ela possibilita a incorporação do *habitus primário* (Bourdieu, 1996).

Antes do século XVII, os valores e os conhecimentos relacionados às práticas profissionais e morais eram apreendidas, em sua maioria, no seio dos grupos familiares. Os membros mais velhos cuidavam de transmitir os seus conhecimentos para os mais novos de forma a garantir o desenvolvimento de ações e atividades que garantissem a sobrevivência e a perpetuação do grupo.

Entretanto, nessa época em que a família desempenhava o papel de instruir e educar, os indivíduos não estavam inseridos em uma sociedade complexa e evoluída. De acordo com Cunha (2000), esse conjunto de valores e ensinamentos técnicos que eram transmitidos aos mais novos era suficiente para a sobrevivência na sociedade.

Com o surgimento das máquinas, com a divisão social do trabalho advinda com o capitalismo, esse modelo de educação familiar passa a ser insuficiente para atender ao ideal de uma sociedade moderna e civilizada. Os conhecimentos tinham que ser aprimorados e especificados de forma a atender às novas demandas desenvolvimentistas. É nesse cenário, propiciado a partir do século XVII, com a origem das cidades modernas, que a instituição escolar ganhou importância e passou a ser vista como uma continuação da educação familiar. No momento em que a família deixou de ser a única responsável pela educação dos filhos, a escola assumiu a responsabilidade pelos conhecimentos técnicos e científicos.

No Brasil, essa crescente preocupação em instruir e educar as massas populares, para garantir o progresso e o desenvolvimento da nação, se iniciou no século XIX, logo após a Independência. De acordo com Faria Filho (2006), um dos meios de se constituir uma Nação Brasileira, em um ideal

liberal e iluminista, priorizando a ordem e a civilidade, era por meio da educação do povo. Ainda segundo o autor, aquele modelo de educação individual, que acontecia no ambiente familiar, era ineficiente para os ideais desse período. O método mútuo entrou nesse cenário como um dos mais adequados, pois propiciava a instrução coletiva, demandando menos tempo e gastos.

O processo de urbanização, a proliferação das indústrias e o ideal de uma sociedade moderna e republicana exigiam novas qualificações dos trabalhadores. A preocupação não era somente com a expansão do ensino, mas também com os materiais utilizados, os programas e os conteúdos das disciplinas, a construção de um espaço específico, a equipe pedagógica e a formação dos professores, entre outras questões.

Mesmo que, desde as primeiras décadas que prosseguiram a independência, existisse a preocupação em instruir as massas, Silva (2008) aponta que, no final do século XIX, o ensino primário ainda era ineficiente. As autoridades competentes não estavam comprometidas com essa questão e o analfabetismo ainda era comum entre a população. O Estado se mostrava ineficaz na elaboração de políticas que garantissem a implementação de uma educação básica.

Nesse sentido, o início da República foi marcado pela preocupação em renovar a educação, uma pedagogia nova, que de fato levasse o conhecimento às massas populares. Foi nesse momento que surgiu o movimento de renovação da escola primária. Como destaca Silva (2008), o objetivo desse novo regime era “instruir e civilizar” por meio da educação. Pela reforma educacional, Lei nº 88, de 8 de setembro de 1982, surgiram os grupos escolares e uma valorização no que se refere aos materiais pedagógicos e à organização do tempo e da rotina escolares, ocorrendo também uma renovação no currículo escolar.

Com a transferência da educação familiar para a escolar, os discursos educacionais se ampliaram e progressivamente novas temáticas e políticas foram adotadas. A família perdeu a sua função de educar, mas, com as ideias de uma escola e uma pedagogia renovadas, a família reapareceu com o intuito de colaborar com a educação dos filhos. Para que realmente o lema de “instruir e civilizar” por meio da educação se efetivasse, a família não poderia ficar isolada do processo educativo. Foi por intermédio do movimento escolanovista e higienista que a aproximação da escola com a família se destacou.

### **3 Os Ideais da Nova Pedagogia**

O modelo de ensino tradicional utilizado durante o século XIX se mostrou ineficaz para a lógica republicana de instruir a população para modernizar o país. Nessa perspectiva, um grupo de intelectuais da época, conhecidos como renovadores ou progressistas, apontou uma série de questões que deveriam ser priorizadas na reforma do ensino primário. Anísio Teixeira, Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme, entre outros, compunham esse grupo que ficou conhecido como movimento escolanovista ou movimento da Escola Nova. A esperança de uma sociedade moderna propiciava o otimismo desse grupo de intelectuais para a implantação de um novo modelo educativo, uma educação baseada nas especificidades da infância e no conhecimento científico.

Apesar de o movimento ter surgido no final do século XIX e início do século XX, foi entre as décadas de 1920 e 1930 que “a chamada pedagogia da escola nova entra em cena, redefinindo a natureza infantil e o lugar do conhecimento sobre ela produzido, nas teorias e nas práticas da educação” (Carvalho, 2001, p. 302). De acordo com Magaldi (2001), esse grupo era influenciado por ideias pedagógicas inovadoras de estudiosos de outros países, como Montessori, Ferrière e Dewey, entre outros.

#### **3.1 A Criação da ABE e a Seção de Cooperação da Família**

Um dos integrantes do movimento de renovação educacional, Heitor Lyra da Silva, criou em 1924, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE). Segundo Silva (2008), a ABE foi a primeira entidade nacional a reunir intelectuais ligados à educação e áreas afins interessados em reformar o ensino brasileiro. Por meio da ABE, os escolanovistas podiam se reunir, difundir suas ideias para todo o país e propor novas práticas educativas.

Foi no âmbito dessa Associação que surgiu a Seção de Cooperação da Família, tendo como presidente Armanda Álvaro Alberto, cujo principal objetivo era organizar atividades, como cursos, palestras e exposições, entre outros eventos, que propiciassem a aproximação das famílias dos alunos com a escola. Nesse sentido, foi criado o Círculo de Pais e Professores em escolas públicas

e particulares, que visava à colaboração entre familiares e educadores para atuarem em conjunto no processo educativo.

Para que as ideias da Escola Nova fossem propagadas nos diferentes setores educativos e aceitas nas práticas escolares, as famílias dos alunos se apresentavam como facilitadoras desse novo processo educativo. Na medida em que as famílias reconhecessem que essas práticas e métodos contribuiriam para a formação e o desenvolvimento de seus filhos, esse novo ideal de educação seria visto como positivo e adequado. Cabia à Seção de Cooperação da Família propiciar a participação e a aproximação dos pais com a instituição escolar; caso contrário, o objetivo de “instruir e civilizar” a população por meio da educação não se implementaria.

Além disso, segundo análise do periódico mineiro *Revista do Ensino*, realizada por Faria Filho (2000), os pais não compreendiam os novos métodos de ensino adotados pela escola, levando, muitas vezes, ao questionamento destes quanto aos conteúdos e às práticas de ensino adotadas. Os educadores que preconizavam uma prática escolanovista e higienista, como veremos mais à frente, utilizavam essa aproximação para esclarecer os familiares sobre a importância das ideias renovadoras no campo da educação e também sobre as melhores maneiras de educar e cuidar dos filhos.

As palestras e os cursos proferidos pela Seção de Cooperação da Família abordavam temas educativos que deveriam ser intensificados na vida cotidiana dos alunos e das famílias. Em 1928, teve destaque um curso destinado às mulheres (“Curso de mãezinhas”), que tinha por objetivo enfatizar os conhecimentos necessários ao cuidado das crianças de 0 a 14 anos (Magaldi, 2001, p. 86-87).

### **3.2 O Manifesto Escolanovista**

Por meio das discussões e ideias propagadas pelos intelectuais escolanovistas, no âmbito da ABE, foi elaborado em 1932 o documento, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, destinado à população brasileira e ao governo.<sup>2</sup> Esse documento, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais que compartilhavam das ideias escolanovistas, foi escrito em meio aos debates “de elaboração da Constituição que seria promulgada em 1934” (Silva, 2008,

p. 138). O documento abordava e destacava as ideias defendidas e propagadas entre os renovadores da educação. A nova pedagogia deveria ser pautada pelos princípios de solidariedade, cooperação e assistência social. Todos deveriam ter acesso à educação. Caberia ao Estado possibilitar o acesso das diferentes classes sociais ao sistema público e gratuito de ensino. Para os escolanovistas, a educação deveria ser única e comum para todos e o ensino deveria ser laico, uma vez que a escola não deveria ser um mecanismo de propagação de crenças e doutrinas religiosas.

No que se refere à relação família e escola, o documento aponta que a escola deve reunir “em torno de si as famílias dos alunos”, incentivar as iniciativas dos pais em prol da educação e desenvolver atividades de cooperação entre os pais e os professores. A escola não poderia trabalhar isolada dos núcleos familiares. Quanto aos deveres do Estado relacionados a essa aproximação, o documento aponta:

... o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais – a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas (2006, p. 193).<sup>3</sup>

Apesar de o documento ir contra uma pedagogia tradicional e excludente, que vinha sendo predominante nas últimas décadas, Lemme (2004) aponta que o documento foi taxado por aqueles que temiam as mudanças como “romântico, utópico, irrealista, faccioso e, até mesmo, de subversivo” (p. 194).

#### **4 O Movimento Sanitarista e o Foco nas Famílias**

O lema de “instruir e civilizar” a população brasileira por meio da educação se estendia também ao setor da saúde, especificamente no que se refere aos hábitos higiênicos. A epidemia da gripe espanhola que se expandiu no Brasil no final da década de 1910, a falta de saneamento básico e os hábitos higiênicos da população, as péssimas condições de moradias (cortiços), assim como as taxas elevadas de mortalidade infantil e morbidade, que assolavam o país, levaram alguns médicos a proporem uma reforma dos serviços de saúde.

Nessa época, o Estado republicano propunha um reordenamento urbano com a demolição dos cortiços e a construção de grandes avenidas. O ideal de uma sociedade moderna, com a construção de novas edificações e espaços urbanos, com um discurso inovador no campo da educação, não se efetivaria se as doenças e os maus hábitos higienistas continuassem a assolar o país. A saúde, assim como a educação, estava no cerne das discussões daqueles que defendiam o progresso e o desenvolvimento do Brasil. A visão era de que somente essas duas instâncias seriam capazes de regenerar os maus costumes e os hábitos da população brasileira.

Nessa perspectiva, na década de 1920, o movimento higienista, tendo com um de seus representantes o médico Miguel Couto, se difundiu nos diversos setores sociais, penetrando principalmente no campo educacional, ao lado do crescimento das ideias escolanovistas. A educação passou a ser vista como artífice para a propagação dos bons hábitos e costumes que as famílias deveriam adotar no interior dos lares. A prática empreendida pelos médicos higienistas, além de elaborar políticas públicas para resolver questões sanitárias, penetrava largamente nas escolas e nas atividades educativas. O movimento higienista adentrou no campo educacional, elaborando atividades e programas destinados aos alunos das escolas primárias.

A escola primária abarcava o maior número de crianças, o que facilitaria a proliferação dos discursos higienistas. Para atingir os objetivos de difundir as ideias de tal movimento, a penetração no ambiente familiar e escolar era fundamental. Uma vez que as crianças, desde pequenas, adquirissem os conhecimentos necessários aos hábitos de higiene e de práticas preventivas de doenças, esse conhecimento seria estendido para os familiares. Além disso, algumas das palestras e cursos organizados para as famílias, inclusive pela ABE e pelos Círculos de Pais, abordavam temas referentes à saúde e higiene. Os sanitaristas e os higienistas compartilhavam a ideia, assim como os escolanovistas, de aproximarem as famílias das escolas. Para esse grupo de médicos, as péssimas condições de saúde e higiene em que se encontrava o país eram devido à falta de instrução das famílias. As crianças inseridas em lares, que não tinham qualquer preocupação com essas questões, tendiam a reproduzir as atitudes e os hábitos dos pais. Dessa maneira, os espaços escolar e familiar, principalmente as escolas primárias, se apresentavam como importante mecanismo para coibir a reprodução dos “péssimos” hábitos de saúde e higiene com que a população convivia.

## **5 As Relações Família-Escola: algumas práticas empreendidas**



Os discursos higienistas, escolanovistas e o objetivo de educar, instruir e civilizar a população brasileira rumo ao progresso do país se iniciaram no final do século XIX. Aliados às aspirações do estado republicano, esses saberes se propagaram para a virada do século XX, penetrando fortemente no meio educacional e aproximando as famílias a partir da década de 1920. Entretanto, essa difusão e penetração de ideias, no interior dos lares e das instituições escolares, concretizaram-se por meio de algumas práticas empreendidas por alguns educadores e outros grupos de intelectuais que estavam comprometidos com as renovações na educação e no ideal de uma família estruturada, unida, cristã e sadia. Júlia Lopes de Almeida, Cecília Meireles, Armanda Álvaro Alberto e Pe. Leonel Franca foram alguns intelectuais que exerceram práticas educativas voltadas para a aproximação entre família e escola, seja sob influência escolanovista, higienista ou religiosa.

### **5.1 Júlia Lopes de Almeida: as obras destinadas às mulheres e às mães**

Escritora conhecida entre o final do século XIX e o início do século XX, Júlia Lopes de Almeida publicou inúmeras obras – entre crônicas e romances –; algumas destinadas às mulheres tendo um caráter didático. Entre essas obras, pode-se citar: *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e das donzelas* (1906) e *Maternidade* (1924). Destinadas ao público feminino, abordavam temáticas referentes à figura da mulher e ao seu papel no ambiente familiar, o cuidado com os filhos, seus deveres de esposa, mãe e dona de casa.

A escritora, muitas vezes, foi taxada como conservadora por atribuir em suas obras o papel da mulher como a grande responsável pela educação dos filhos e do ordenamento doméstico e familiar. Por outro lado, suas obras despertaram a atenção de grupos feministas, uma vez que a escritora ocupou posição de destaque na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino entre as décadas de 1920 e 1930. Além disso, ela era a favor da participação pública das mulheres e defendia o voto feminino. Publicou também cinco obras escolares entre o período citado, sendo que *Contos infantis* (1886) foi aprovado pela “Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária, em 1891, para uso nas escolas primárias” (Vidal, 2004, p. 30-31).

Cabe ressaltar que as obras de Júlia Lopes de Almeida foram escritas e publicadas em uma época em que o ideal republicano visava à civilização do país. Como foi enfatizado anteriormente, esse

ideal só poderia ser atingido por meio da instrução da população e das famílias, principalmente para atingir os objetivos sanitaristas e higienistas. Nesse sentido, as obras de Júlia Lopes ganharam destaque, pois o seu foco eram as famílias, o interior dos lares e principalmente as mães.

## **5.2 Armanda Álvaro Alberto: o Círculo de Mães e a aproximação com as famílias**

Integrante do movimento da Escola Nova, Armanda Álvaro Aberto fundou, em 1921, na Vila de Merity, a Escola Proletária de Merity, que mais tarde veio a ser denominada como Escola Regional de Merity, localizada no estado do Rio de Janeiro, hoje município de Duque de Caxias. Como aponta Silva (2008), a escola foi mantida pela Fábrica de Explosivos Venancio & Cia, tendo como proprietário o irmão da professora Armanda, por doações de colaboradores e, em 1922, por doações dos moradores da Vila de Merity.

A criação dessa escola propiciou à Armanda uma jornada de projetos educativos e sociais para os alunos da escola e seus familiares e para os moradores da Vila, bem como a aplicação de práticas idealizadas e discutidas no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE). Baseada em uma concepção renovadora de educação, Armanda defendia a solidariedade, o respeito e o companheirismo entre os alunos e os funcionários da escola.

Para essa educadora, a participação das famílias era fundamental para a concretização do processo educativo, seja no sentido de conscientizar as famílias quanto aos preceitos do movimento higienista, seja na eficácia da incorporação dos conteúdos ensinados na escola. Armanda fazia questão de trabalhar em conjunto com a comunidade e com os pais dos alunos, fato que propiciava o conhecimento dos problemas familiares e locais.

O problema de saúde dos alunos e de seus familiares e a falta de saneamento básico e de hábitos higiênicos eram constantes na Vila de Merity, contribuindo para a evasão dos alunos. Somava-se a esse fato a necessidade de as crianças auxiliarem “nos serviços domésticos; o ingresso precoce no mundo do trabalho para auxiliar no sustento familiar; a não aceitação das famílias ao programa de ensino aplicado etc.” (Silva, 2008, p. 64). Ciente desses problemas, Armanda empreendeu práticas educativas, que se estenderam para a comunidade, cujo objetivo era contribuir para a reversão desse quadro.

Armanda conciliava as atividades que os alunos desenvolviam em seus lares com as atividades escolares. As meninas foram privilegiadas com essa estratégia. Como nesse período era comum as mães incumbirem as filhas mais velhas de cuidarem dos irmãos mais novos, Armanda permitiu que as alunas trouxessem esses irmãos para a escola. A adoção dessa estratégia foi uma das ações empreendidas para garantir a frequência dessas alunas nas aulas e demais atividades escolares.

Por intermédio da Criação do Círculo de Pais, na Sessão de Cooperação da Família da ABE, Armanda criou o Círculo de Mães na Escola Regional de Merity. Armanda proferia palestras e cursos para as mães que possuíam filhos matriculados na escola e para moradoras da Vila, abordando temas como noções básicas de higiene, economia doméstica, educação familiar e puericultura, entre outros (Silva, 2008, p. 86, 87, 104).

Várias foram as práticas empreendidas por Armanda no sentido de não deixar a escola isolada das famílias e dos problemas locais que a comunidade enfrentava. Para essa educadora, a família funcionava como via de mão única para o sucesso escolar das crianças da Vila de Merity<sup>4</sup>.

### **5.3 Os Escritos Educativos de Cecília Meireles e a Valorização das Famílias**

Poetisa, jornalista e escritora, Cecília Meireles, assim como Armanda Álvaro Alberto, participou e compartilhou das ideias do movimento escolanovista, fato que propiciou a aproximação entre essas duas intelectuais. Para expandir as ideias da Escola Nova, o jornalismo foi um dos principais mecanismos de difusão usado por Cecília Meireles.

Cecília se preocupava com a noção de infância e o respeito que se deveria ter com essa etapa da vida. Preconizava a ideia de uma infância feliz como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento do indivíduo e alertava os seus leitores sobre o afastamento dos adultos com o mundo infantil. Seus escritos também enfatizavam o papel social da escola e a sua importância para o desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, Cecília valorizava a aproximação das famílias com a escola como um dos meios de garantir o sucesso da implementação das ideias escolanovistas. Também percebia a relação das famílias com a escola como um meio de esclarecer os pais e os

familiares sobre as novas propostas da Escola Nova. Para que essa mudança fosse vista como positiva para a educação dos seus filhos, era necessário que os pais compreendessem esse novo processo educativo. Além disso, Cecília, em seus escritos, pretendia esclarecer também os professores sobre a importância de estabelecer um laço estreito com as famílias dos alunos.

As obras de Cecília no que concerne à aproximação entre escola e família destinavam-se aos pais, educadores, às mulheres e não deixava de lado as crianças. Magaldi (2001) aponta que, em uma das páginas da obra infantil *Criança, meu amor...*, Cecília transmitia às crianças a importância da relação lar e escola. Ela compara a escola como o lar das crianças, as professoras como as mães e os colegas como os irmãos.

#### **5.4 Padre Leonel Franca: entre ensinamentos cristãos e restauração das famílias**

Se o grupo de intelectuais, que compartilhavam das ideias de uma nova pedagogia, defendia uma educação de caráter laico, sem qualquer pretensão de impor o ensino de uma determinada religião nos conteúdos escolares, por outro lado, os idealistas do movimento católico, que se iniciou a partir de 1910, preconizavam uma educação que adotasse a prática do ensino religioso nos conteúdos escolares. Apesar de não aceitarem a ideia de um ensino laico, o movimento católico propunha algumas reformas educativas, o que propiciou a participação de alguns de seus integrantes na ABE. Porém, com as acirradas disputas no campo educacional e político pela implementação ou não do ensino religioso nas escolas, esses católicos foram desligados da ABE, ocupando espaços na Confederação Católica e nos congressos eucarísticos nacionais<sup>5</sup>.

Esse grupo defendia a religião católica como um dos meios de desenvolver e civilizar o país. Nessa perspectiva, os católicos penetraram nas discussões educacionais, pois o ensino religioso nas escolas era visto como um meio de difundir os ideais da cristandade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do Brasil. Além da educação, outro meio eficaz, defendido pelo padre, educador e escritor Leonel Franca, eram as famílias. O ideal de uma família católica, unida e compromissada com seus deveres e funções enquanto cristãos, eliminaria os males que assolavam a sociedade na época.

Segundo Magaldi (2001), o Pe. Leonel Franca “dedicou-se como poucos a uma obra pedagógica

voltada para o que compreendia como a regeneração da família e da sociedade brasileiras” (p. 122). Além disso, ele foi um dos representantes da igreja católica responsável por tratar das questões referentes à família e à educação.

Entre as várias palestras proferidas e cursos ministrados pelo padre, tendo como público alvo professoras e mães, o seu objetivo era fortalecer as famílias. Para Pe. Leonel, o controle progressivo da natalidade, por meio de métodos artificiais, e o divórcio eram vistos como um mal que a sociedade enfrentava e que propiciaria instabilidades e desordem entre os grupos familiares. Magaldi (2001) aponta que Pe. Leonel concebia uma relação entre estabilidade das famílias e estabilidade da nação.

Na sua visão, as famílias não estavam preparadas para educarem adequadamente os seus filhos. Esse despreparo estava relacionado à falta de saúde das mães e à desintegração das famílias. Dessa forma, cabia à Igreja Católica empreender ações para instruir as famílias, em especial as mulheres.

Pe. Leonel, sendo um dos principais integrantes do movimento católico, além de ter como principal foco de atuação as famílias, atribuía papel importante à instituição escolar como uma continuação da educação familiar. Mas para que o ensino fosse eficaz para a educação das crianças, ele não poderia ser laico; caso contrário, de nada valeria.

## **6 Considerações Finais**

Procurei trazer neste artigo alguns apontamentos sobre o início da valorização entre a relação família e escola, tema bastante recorrente nos discursos educacionais. Depreende-se da análise realizada que a preocupação em aproximar essas instituições não é recente. Data de uma época (final do século XIX e início do XX) em que o envolvimento das famílias com a educação dos filhos representava a adoção e a implementação de certas medidas adotadas naquele contexto, como as ideias do movimento escolanovista, higienista, católico, ou até mesmo nos preceitos de civilizar o país por meio da educação.

O que prevalecia nesse tipo de relação não era a preocupação em propiciar uma verdadeira

integração entre educadores e pais, de modo que ambos trabalhassem em conjunto na educação das crianças. O objetivo maior era civilizar, instruir e normalizar os padrões familiares para o progresso do país. A família era o meio mais eficaz para garantir a implementação e a propagação das novas políticas de saúde e educação.

As práticas empreendidas não deixavam de lado os cuidados com o corpo e com a mente dos alunos e dos pais. Os conhecimentos que as famílias adquiriam, por intermédio das relações com os filhos, das palestras educativas no Círculo de Pais, das palestras e escritos do movimento católico, pretendiam normatizar, disciplinar e regenerar as famílias brasileiras.

Com relação à implementação das ideias escolanovistas, a aproximação dos familiares com a escola representava a não-contestação das novas propostas educativas. Essa integração propiciava, aos pais, o esclarecimento e os objetivos dos novos métodos e dos conteúdos adotados na escola.

Ainda que a relação das famílias com as escolas tenha se originado em uma época de mudanças no contexto social e educativo, não se pode negar a atuação desses intelectuais no sentido de não conceber a escola como instituição fechada e detentora dos conhecimentos necessários para a educação dos alunos. Além disso, foi nesse momento da história da educação brasileira que o discurso sobre a relação família e escola se originou e se estendeu para as décadas seguintes. Entender esse processo é de suma importância para entender as atuais ações direcionadas para essa vertente, pois, como aponta Silva (2003), a relação escola-família é uma relação complexa, uma vez que ela pode ser vista sob duas vertentes, ou seja, aquela que trata somente das interações entre pais e filhos em relação ao envolvimento destes com a escola e aquela que trata do contato dos pais com a escola e professores.

## **Notas**

<sup>1</sup> O termo escolarização, utilizado neste trabalho, remete aos processos escolares engendrados pelos diferentes sujeitos nas suas relações com a escola e mesmo fora dela.

<sup>2</sup> Segundo Lemme (2004, p. 189), o documento tinha por título “A reconstrução educacional no Brasil”, mas

foi denominado por Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

<sup>3</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006. (online)

<sup>4</sup> O envolvimento e o engajamento político e educacional de Armanda culminou em sua prisão em 1936. Ela e seu marido, Edgar Sússekind de Mendonça, foram acusados de participação e envolvimento com o Partido Comunista. Permanecendo durante oito meses na prisão, Armanda escrevia cartas para os seus alunos e deixava explícita a importância que atribuía ao Círculo de Mães. Sobre esse assunto, ver Mignot (2002, p. 232-233).

<sup>5</sup> Sobre as disputas no campo educacional entre os católicos e os escolanovistas, bem como o contexto em que se travou esse embate, ver Nunes (2001).

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez; Ed. da USF, 2001. p. 291-309.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A escola contra a família. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 447-468.

FARIA FILHO, Luciano M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 44-50, abr./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: INÁCIO, M. S. et al. *Escola, política e cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006. p. 7-19.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Ática, 1997.

LAREAU, Annette. A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 13-82, dez. 2007.

- LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador: estudos de educação e perfis de educadores*. Brasília: Inep, 2004.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: Ed. da USF, 2002.
- NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2001. p. 103-125.
- PAIXÃO, L. P. Compreendendo a escola na perspectiva das famílias. In: MÜLLER, M. L. R.; PAIXÃO, L. P. *Educação, diferenças e desigualdades*. Cuiabá: Ed. da FMT, 2006. p. 57-81.
- PORTES, É. A. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 63-80.
- SILVA, P. *Escola-família, uma relação armadilhada: interculturalidade e relações de poder*. Porto: Afrontamento, 2003.
- SILVA, Vilma Correa Amancio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Júlia Lopes de Almeida e a Educação Brasileira no Fim do Século XIX: um estudo sobre o livro escolar *Contos Infantis*. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga: Universidade do Minho, v. 17, n. 1, p. 29-45, 2004.

### **Dados da autora:**

\*Alexandra Resende Campos

Doutoranda em Educação – Universidade Federal Fluminense/UFF

Endereço para contato:

Universidade Federal Fluminense



Programa de Pós-Graduação em Educação

Rua Visconde do Rio Branco, nº 882 – bl. D – sl. 512

Campus do Gragoatá – São Domingos  
24.210-350 Niterói, RJ – Brasil

Endereço eletrônico: [xandinhacampos@yahoo.com.br](mailto:xandinhacampos@yahoo.com.br)

Data de recebimento: 30 set. 2010

Data de aprovação: 24 jan. 2011